



## NA LÓGICA CAPITALISTA, QUAL O LUGAR DA ESCOLA?

Adriana David Ferreira Gusmão

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB (Brasil)

Endereço eletrônico: [adrianadavid@uesb.edu.br](mailto:adrianadavid@uesb.edu.br)

Fátima Moraes Garcia

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB (Brasil)

Endereço eletrônico: [fatima.garcia@uesb.edu.br](mailto:fatima.garcia@uesb.edu.br)

1968

### INTRODUÇÃO

O trabalho aborda uma temática sensível para a escola: a formação da força de trabalho na lógica do capital<sup>1</sup>. A discussão teórica se desenvolve em torno de reflexões sobre as funções da instituição escolar no cenário do modo de produção capitalista e como as políticas públicas e as estratégias de formação para o trabalho podem influenciar a mercantilização do ensino, reafirmando um caráter de legitimidade e legalidade da educação pelos princípios e interesses de ordem econômica hegemônica.

### PROCESSO METODOLÓGICO

A metodologia adotada nesse trabalho foi pautada na análise e interpretação de material publicado em livros e periódicos, consolidados na área da educação, com prevalência nas contribuições de Marx (2004), Mészáros (2008) e Gusmão (2016), tomando como passos, ou estrutura investigativa a análise textual, temática, interpretativa, e sintética crítica, segundo Severino (2007).

### Escolarização para o trabalho e sua objetividade como ordenamento social

À escola, de certa maneira, sempre coube a função majoritária de formar o contingente de trabalhadores para realizar a produção, garantindo minimamente, o ensino da leitura, da escrita e da contagem para a execução das tarefas. Alienado do próprio produto do seu trabalho, o homem aliena-se também do seu próprio intelecto e passa a pensar na lógica que lhe é imposta ao sabor do modo de produção capitalista. Alienar-se significa ser destituído do que faz e do que pensa. Segundo Marx (2004):

<sup>1</sup> Tomamos como fundamentação a crítica marxista ao projeto de sociedade capitalista e sua materialidade pelo uso da força do trabalho humano alienado e reificado.



É justamente em seu trabalho exercido no mundo objetivo que o homem realmente se comprova como um ser genérico. Essa produção é sua vida ativa como espécie; graças a ela, a natureza aparece como trabalho e realidade dele. O objetivo do trabalho, portanto, é a objetivação da vida como espécie do homem, pois ele não mais se reproduz a si mesmo apenas intelectualmente, como na consciência, mas ativamente e em sentido real, e vê seu próprio reflexo em um mundo por ele construído. Por conseguinte, enquanto o trabalho alienado afasta o objetivo da produção do homem, também afasta sua vida como espécie, sua objetividade real como ente-espécie, e muda a superioridade sobre os animais em uma inferioridade, na medida em que seu corpo inorgânico, a natureza, é afastado dele (MARX, 2004, p. 8)

Assim, a escolarização<sup>2</sup> de um exército de reserva foi estruturada sob a égide do capitalismo que delineou as ações da escola básica. Mészáros afirma que:

As determinações gerais do capital afetam profundamente *cada âmbito particular* com alguma influência na educação, e de forma nenhuma apenas as instituições educacionais formais. Estas estão estritamente integradas na totalidade dos processos sociais. Não podem funcionar adequadamente exceto se estiverem em sintonia com as *determinações educacionais gerais da sociedade* como um todo (MÉSZÁROS, 2008, p. 43, grifos do autor).

Reconhecida por muitos como meio de ascensão social sob a ótica da meritocracia, a escola, brasileira se apresenta como formadora da força de trabalho para o mercado, estabelecendo uma correspondência direta entre quanto maior escolaridade, maiores as chances de conquistar o emprego almejado e melhorar as condições de vida e existência.

O conjunto de processos do capitalismo mantém a escola como “engrenagem” essencial. Compreendida como pedra angular para o desenvolvimento de qualquer sociedade, a educação, mais do que qualificação, significa, também, consciência, conhecimento de mundo e aprimoramento das formas de viver. Entretanto, longe de cumprir as suas nobres funções, a educação, tanto aquela oferecida pelo núcleo familiar como pelas escolas formais, ao longo do tempo histórico apresentou-se de forma consonante com o sistema produtivo vigente e moldou-se à forma das revoluções industriais que, por sua vez, sempre mantiveram correspondência com os interesses do capital, num ciclo que se retroalimenta.

<sup>2</sup> No presente trabalho, o termo *escolarização* é utilizado para representar o conjunto de conhecimentos adquiridos na escola.



A escolarização passa a ser entendida no contexto do modo de produção capitalista à guisa de três aspectos: 1) pela necessidade de reprodução social do homem, 2) pela necessidade de mediação entre o homem e o conhecimento, patrimônio imaterial cultural e 3) pela necessidade de transmissão dos conhecimentos acerca da transformação da natureza, aproximando-se do trabalho (GUSMÃO, 2016).

Nesse sentido, a escolarização passaria a ser o vetor da formação de subjetividades da nova ordem mundial e para a formação de um indivíduo adequado e integrado à nova realidade, disforme, diversa e (re) organizada do capital. Para Mészáros,

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que *legitima* os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas. A própria história teve de ser totalmente adulterada, e de fato frequente e grosseiramente falsificada para esse propósito (MÉSZÁROS, 2008, p. 36, grifo do autor).

A partir da década de 1990, reforçam-se as ideias de trabalhador polivalente e multifuncional, assim como entram em voga as noções de competências e habilidades, as inteligências múltiplas, os métodos de resolução de problemas, em nome da formação de um novo homem. No sentido de ajustamento da objetividade do trabalho as novas formas e demandas para a sustentação de uma economia novamente em crise, gerando uma falsificação do consenso ideológico da educação (GENTILE, 1998).

Cria-se um elo entre escolaridade e responsabilização do trabalhador pelo emprego ou pelo desemprego. A escolarização, no contexto da crise, torna-se mediadora da totalidade social, ou seja, passa a ser um dos alicerces de ancoragem da edificação social proposta pelo capital.

A totalidade do discurso ideológico capitalista contém o ideário sobre a relação entre escolarização e o emprego, ou sobre a falta da escolarização e da qualificação e as taxas de desemprego. No contexto desse discurso o trabalhador se responsabiliza pela falta ou baixa escolarização ou se submete a ganhar menos para realizar o seu ofício.

1970



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estamos, de fato, experimentando nesse cenário de formação para o capital (por dentro de “novas” nuances liberais) uma busca radical de salvar a economia das grandes incorporações empresariais e financeiras mundiais, suplantando políticas educacionais em países de economias frágeis<sup>3</sup>, especialmente vinculadas a um momento em que a função social da escola, por meio de seus atributos objetivos e subjetivos, definidos pelas relações de produção e trabalho dessa sociedade, incorpora dimensões de realiação e reafirmação da necessidade de fragmentar, dualizar aos extremos os sujeitos e suas mentes, diante de reformas e consolidação de políticas públicas (a exemplo da BNCC) e de estruturas educativas (como o ensino médio integral e militar) definidas pelos ideários de Estado e de governos submetidos as grandes potencias financeiras e bélicas, como constatamos no Brasil na atualidade. É bastante óbvio que essas reformas educacionais causem maiores índices de exclusão social, aumentando por consequência o número de jovens em subempregos e na informalidade do trabalho, ignorando e/ou negando consequentemente qualquer processo de formação integral.

Por outro lado, se constata um esgotamento da sociabilidade verticalizada desse modelo de Estado e do seu *status quo*, materializado pelo cenário político-econômico que aqui tecemos análises e críticas. Cabe reconhecer que pelos movimentos de contradição social advindos dessa realidade, por dentro desse mesmo cenário, surgem possibilidades de novas e genuínas experiências, resultantes de grupos étnicos, comunidades, movimentos sociais, culturais e de povos originários, a reafirmam seus direitos de acesso à terra, a água, a alimentos, a dignidade humana, tendo constantemente emergido práticas educativas cooperadas e integradas aos seus locais/contextos de vida, trazendo junto dessas experiências um repensar para a função social da escola e dos processos formativos de seus sujeitos, bastante diferenciado e desvinculado das políticas públicas hegemônicas. Quem sabe seja por meio desses processos de contradição que a centralidade da força de trabalho, como principal mercadoria para a produção de mais valia e sustentação do capital<sup>4</sup> se desfaça por não

<sup>3</sup> Diversos pesquisadores da área da Educação do Brasil abordaram a problemática que se iniciava com a implementação das políticas neoliberais na América Latina nas décadas de 80 e 90, à exemplo de pesquisas publicadas por Pablo Gentile e Gaudêncio Frigotto, entre outros, de mesma relevância para esse debate e análise.

<sup>4</sup> Os conceitos de produção, força de trabalho, mercadoria, mais valia, valor de uso, abordados nestas considerações tem como base as reflexões e interpretações de Santos (2013) e do dicionário do pensamento marxista/Tom Bottomore (2001).

1971



mais haver a necessidade de sua compra e venda, uma vez que nestas outras forma de sociabilidade o trabalho é assumido como valor de uso, de utilidade entre seus pares, e suas produções e trocas se dão por um caráter de economia solidária.

Então, qual o lugar da escola? Esse lugar fundamentado em aspectos geográficos, históricos, dialógicos, subjetivos, sociais, emocionais, de vizinhança, de potência, de conhecimento, não pode ser reduzido à formação de força de trabalho para o mercado, para a acumulação de capital por uma classe privilegiada. Reconhecemos, por outro lado, a escola enquanto espaço instituído de múltiplas possibilidades, lugar onde o trabalho pode e deve ser tratado como princípio educativo para vida, como atividade humana reconhecida em sua integralidade e diversidade, em que todas as classes sociais estejam em equilíbrio de igualdade.

1972

## REFERÊNCIAS

GENTILLI, Pablo. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

GUSMÃO, Adriana D. F. **Educação, trabalho e capital: a escolarização dos trabalhadores das indústrias alimentícias de médio porte em Vitória da Conquista – BA no cenário da acumulação capitalista.** Anais do X Seminário do HistedBr. Campinas: 2016.

MARX, K. **A alienação do trabalho.** In: Manuscritos econômico-filosóficos. Jesus Ranieri. Boitempo Editorial, 2004.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2008.

SANTOS, Vinicius Oliveira. **Trabalho imaterial e teoria do valor em Marx: semelhanças ocultas e nexos necessários.** 1º ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2013. 168 p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

Realização:



Apoio:

